

**DAFLON**, Verônica Toste  
Doutoranda do Iesp-Uerj.  
<\_veronica@iesp.uerj.br>

**FERES Jr.**, João  
Professor do Iesp-Uerj e da Unirio.  
Doutor em Ciência Política pela City University of New York.  
<jferes@iesp.uerj.br>

## Ação afirmativa na revista *Veja*: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público

### RESUMO

Parte expressiva da literatura acadêmica acerca da revista *Veja* indica a existência de forte viés político em sua cobertura jornalística, seja em temas que tratam de políticas públicas como naqueles que dizem respeito a valores e hábitos sociais. Ou seja, a revista rejeita na prática o ideal da neutralidade jornalística, propalado por outros meios de comunicação, e pratica um jornalismo explicitamente opinativo. O presente artigo tem por objetivo primeiro testar a hipótese de que, no tocante às políticas de ação afirmativa raciais, a revista *Veja* também apresenta forte viés, no caso contrário a essas medidas. Para tal fazemos uma análise de valência de todos os textos publicados na revista sobre o tema de janeiro de 2001 a junho de 2009. Em seguida uma análise de conteúdo dos argumentos principais utilizados contra as “cotas”, inclusive examinando sua evolução temporal. Nossos resultados mostram que a revista até o ano de 2003 não tinha posição editorial consistente em relação ao tema, passando a adotar uma veementemente contrária depois dessa data. Também notamos a predominância de argumentos contrários que acusavam as cotas de violar o mérito e a igualdade formal nos primeiros anos seguintes. Já em torno de 2006 há uma mudança do discurso da revista, que passa a dar voz a acadêmicos que acusam as cotas de promoverem a racialização e o conflito racial no Brasil.

Palavras-chave: ação afirmativa, cotas raciais, revista *Veja*, mídia, discurso conservador

### ABSTRACT

A substantial part of the scholarly literature on *Veja* magazine has pointed to the marked conservative political bias of its journalism, be it when dealing with themes such as public policies or with values and behavior. In other words, *Veja* rejects the ideal of journalistic neutrality, rhetorically espoused by other news media operations, and practices a journalism that is ridden with opinion. In this article we intend to test the hypothesis that *Veja* also treats race-based affirmative action with bias, which is openly against these policies. We first conduct a valence analysis of all texts published by the magazine on this issue, from January 2001 to June 2009. Next, we do a content analysis of the main arguments employed against affirmative action, also taking into consideration their temporal evolution. Results show that until 2003 *Veja* did not have an editorial stance regarding the matter, starting that year, it adopted a clear contrarian point of view that remained constant until the end of the period studied. From 2003 to 2006, the most prevalent arguments accused affirmative action of violating the principles of merit and equality before the law. Around 2006, *Veja* changes the tone of its discourse, and starts to echo the voices of academics who accused affirmative action of promoting racialization and racial conflict in the country.

Keywords: affirmative action, racial quotas, *Veja*, news media, conservative discourse

## Ação afirmativa na revista *Veja*: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público

*[Affirmative action in Veja magazine: editorial strategies and framework of public debate]*

DAFLON, Verônica Toste  
FERES Jr., João

Nas democracias modernas, a mídia e os jornalistas são os principais agentes de informação política e de análise social de que dispõem os cidadãos, traduzindo e selecionando questões da esfera pública para a audiência (Aldé et al, 2005). Contudo, embora conte com as empresas de comunicação e seus profissionais para se manter informado, o público tem se tornado mais cético em relação à imparcialidade da mídia nos últimos anos, como demonstram pesquisas de opinião pública nacional recentes (CRIP, 2008; Edelman Trust Barometer, 2012)<sup>1</sup>.

66

A cobertura freqüente e o grande volume de informações veiculadas pela mídia, no entanto, fazem com que a audiência acumule impressões contraditórias e difusas acerca de um possível viés jornalístico. Como a mídia profere juízos, mas raramente se retrata, a produção incessante de notícias faz com que, no momento em que se esboça uma percepção desse viés, novos temas surjam para ofuscar e se sobrepor aos demais, o que afasta a relação entre meio e audiência de um modelo deliberativo clássico em que o receptor formaria sua opinião após ser exaustivamente exposto aos vários ângulos e interpretações de uma determinada questão.

O presente artigo tem por objetivo ir além da mera constatação de viés na cobertura das políticas de ação afirmativa feita pela revista *Veja*, o semanário noticioso de maior tiragem do país. Pretendemos mostrar como tal viés, se ele existe, é articulado, isto é, como ele se expressa por meio dos diferentes textos publicados na revista e, o que é mais importante, qual seu conteúdo argumentativo. Em outras

---

<sup>1</sup> Devemos anotar, contudo, que as mesmas pesquisas mostram que a mídia ainda goza de um nível de confiança maior que instituições importantes como o legislativo e o judiciário.

palavras, trata-se aqui de estudar, ainda que de modo preliminar, não somente a estratégia editorial da revista na apresentação do tema, mas também sua adesão a tal ou qual argumento relativo às políticas de ação afirmativa.

Objeto de inúmeras dissertações, teses, artigos científicos e até livros, a revista *Veja* é certamente um dos órgãos de mídia mais estudados do Brasil. Os temas abordados por esses estudos variam bastante, passando pelo potencial didático dos textos da revista em aulas de ciências (Jorge, et al., 2011); por temas culturais como a representação que faz dos esportes radicais e do lazer (Spink, 2008, Spink, et al., 2008), a representação de personagens femininos (Klanovicz, 2010), a representação do indivíduo sadio contemporâneo (Augusti, 2006); chegando a temas propriamente políticos, como a imagem dos presidentes Obama (Braga and Pereira, 2011) e Chávez (Benetti, 2007), a criminalidade infantil e a maioridade penal (Campos, 2009), e os movimentos sociais, com destaque para o MST (Campos, 2009). Assim, nosso esforço é uma contribuição que se inscreve nessa última categoria de textos que analisam temas políticos cobertos pela revista: os movimentos sociais. O tema das ações afirmativas é diretamente relacionado às demandas de um determinado movimento social, o Movimento Negro (MN), ainda que tal movimento esteja longe de receber o tratamento singularizado dispensado pela revista ao MST.

**67**

No exame da estratégia editorial adotada pela revista no tratamento do tema das ações afirmativas, interessa-nos particularmente o foco no debate sobre o uso de critérios étnico-raciais. A literatura crítica revisitada por nós, ainda que não de maneira inteiramente exaustiva, identifica características marcantes de tal estratégia. Alguns analistas apontam para o uso da ironia e do sarcasmo nos textos de *Veja* como forma de a revista se posicionar em certos assuntos e, ao mesmo tempo, desacreditar as opiniões e pessoas que não abonam (Benetti, 2007). Giesel e Ramallo (2012) acusam a revista de “notória parcialidade” e também notam técnicas retóricas como a ironia e o sarcasmo com a finalidade de “desvalorizar tudo o que não se encaixa no sistema ideológico da revista” (Giesel and Ramallo, 2012). Ao mesmo tempo, esses autores mostram que a dureza no tratamento do MST, manifestada na associação do movimento a termos pejorativos e ao uso de estratégias retóricas para rebaixá-lo, varia em intensidade à medida que mudam os partidos na presidência da república, e assim os projetos dominantes da política brasileira (Giesel and Ramallo, 2012). Mas no que toca a questão da imparcialidade, a posição de Benetti parece ser mais correta ao apontar para o fato de que os artigos da revista *Veja* não se enquadram na tradicional distinção entre jornalismo informativo e opinativo, frequentemente misturando fato e opinião (Benetti, 2007).

Em sua análise sobre a imagem de Barack Obama nas páginas da revista, Braga e Pereira também a acusam de manipulação editorial para tentar passar uma mensagem anódina do personagem, como um tipo exótico, nem branco nem negro, e assim negar o passado histórico de lutas dos negros norte-americanos contra a discriminação e o racismo (Braga and Pereira, 2011). Os autores também estão de acordo com Benetti no tocante à estratégia discursiva da revista, inclusive citando passagem que vale a pena replicar:

*[O texto de Veja] é fortemente permeado pela opinião, construída principalmente por meio de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem. Veja construiu, de si mesma, uma forte imagem de legitimidade para proferir saber – frente a um suposto não-saber dos leitores, da população em geral e, em certos momentos, das próprias fontes (Braga and Pereira, 2011).*

De posse do arcabouço crítico já acumulado cabe-nos perguntar: será que a revista *Veja* dá o mesmo tratamento às “cotas raciais”? Se afirmativa a resposta, qual seriam as características principais dessa parcialidade? Pesquisas de opinião têm demonstrado uma recepção pública positiva das políticas de ação afirmativa (Datafolha, 2008). Quem acompanha a mídia impressa e televisiva tem a sensação de que as opiniões favoráveis a essas medidas encontram pouco eco na cobertura do tema. Como a mídia se representa como um meio que dá ressonância à “opinião pública”, o debate midiático sobre a ação afirmativa se apresenta como um interessante caso para testar a presença ou ausência de viés jornalístico na cobertura de um tema que tem mobilizado muitas discussões e debates polarizados.

**68**

A fim de tentar responder essas questões analisamos todos os textos produzidos pela revista *Veja* sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro desde janeiro de 2001 até junho de 2009. Os resultados apresentados nesse artigo representam a conclusão da fase exploratória de um projeto mais abrangente de estudo de todos os textos e artigos sobre ação afirmativa publicados nos jornais e revistas de maior circulação no país.

### **Contextualizando a discussão: teorias do jornalismo**

*A função de uma revista semanal de notícias é aprofundar a apuração, oferecendo ao leitor a moldura em que o [fato] ocorreu, o panorama histórico, as implicações imediatas e de longo prazo para a situação política. (...) Não basta contar os fatos. É preciso tentar entendê-los (Revista Veja, 15/11/98, p.33, grifo nosso)*

Uma das principais características da teoria do enquadramento jornalístico é a noção de que a mídia é capaz de proporcionar à

audiência quadros interpretativos que orientam sua percepção sobre a realidade. Esse processo é verificado em especial naqueles momentos em que a audiência é confrontada com um fato *novo* e carece de “atalhos mentais” para dar-lhe sentido (Entman, 2004). Traduzindo a questão em termos fenomenológicos, há momentos em que os indivíduos não dispõem de um “estoque de conhecimentos à mão” (Schutz, 1979) para alocar um acontecimento novo, polêmico ou problemático nos seus próprios mapas cognitivos disponíveis. É então que a audiência fica mais vulnerável do que o habitual às assunções existenciais, proposicionais e valorativas difundidas pela mídia.

A ação afirmativa no ensino superior brasileiro pode ser enquadrada na categoria desses eventos novos que produzem uma ruptura desconcertante das expectativas e dos construtos do senso comum -- posteriormente, os quadros de referência oferecidos pela imprensa tendem a se estabilizar. Com efeito, os programas de ação afirmativa em favor de pretos, pardos e alunos egressos de escola pública nas universidades surgiram no cenário brasileiro em 2003 como uma *novidade*. Dois anos antes, diz-se que o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso chocou a opinião pública ao anunciar sua decisão de autorizar a delegação brasileira na Conferência de Durban, na África do Sul, a defender a adoção de cotas raciais para atenuar as desigualdades no Brasil. No mesmo dia, o programa de TV dominical *Fantástico* fez uma enquete com os espectadores que demonstrou que a maioria deles era contrária à medida (Pereira, 2003)<sup>2</sup>.

O assunto praticamente caiu no esquecimento até a aprovação da Lei Estadual nº. 4.151, que instituiu cotas sociais e raciais para ingresso na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). A partir desse momento medidas similares se disseminaram nas universidades brasileiras, através de leis estaduais e resoluções dos conselhos universitários. Os brasileiros se depararam então com uma modalidade de política pública ainda pouco conhecida no país e se viram carentes de subsídios e referências para participar de um debate que vinha sendo relegado a último plano pelos próprios meios de comunicação: a discussão sobre as desigualdades raciais.

De acordo com a teoria do agendamento jornalístico, desenvolvida nos anos 1960 por Maxwell McCombs, a mídia consegue com sucesso transpor os temas de sua própria escala de relevâncias para o debate público. Pesquisas acerca da capacidade da imprensa de pautar esse

---

<sup>2</sup> O referido repúdio público a essas políticas deve ser relativizado. Uma enquete do *Fantástico* certamente não cumpre os requisitos estatísticos de amostragem probabilística e é muito provável que reflita a opinião de setores limitados da sociedade, como tem sido indicado por pesquisas como a do Datafolha (2008).

debate (*agenda-setting*) mostraram, por exemplo, que nas eleições norte-americanas de 1968 as cinco questões mais importantes levantadas pelos eleitores indecisos correspondiam com perfeição aos temas mais salientes na cobertura midiática (Severo, 2007). É de se supor, portanto, que a baixa visibilidade da questão racial na mídia brasileira até o advento da ação afirmativa contribuiu para o espanto experimentado pelo público no momento do anúncio dessas medidas redistributivas que visam a mitigar os efeitos do racismo. Por outro lado, a agenda política tem forte impacto sobre a pauta midiática, assim é natural que somente após ter se tornado política pública de fato é que a ação afirmativa passou a ser pautada com mais frequências por jornais e revistas.

De acordo com Robert Entman (2004), quanto menor é a familiaridade do público com um assunto apresentado pela mídia, mais suscetível ele será à aquisição da definição, interpretação causal, valoração moral e recomendação de solução propostas pelos meios de comunicação. Essa é a hipótese do enquadramento (*framing*) e ela vai ao encontro de um dos axiomas mais básicos da análise crítica do discurso, isto é, a idéia de que a realidade, ao mesmo tempo em que molda e constitui o discurso, é ela própria *construída discursivamente*. Não se trata aqui de postular um construtivismo social radical, uma vez que outros elementos concorrem para a constituição da realidade, mas de salientar o importante papel desempenhado pelas enunciações humanas. Nesse sentido, como os discursos da mídia são disseminados para grandes audiências, o poder de construção da realidade pelos meios de comunicação é um dos mais amplificados (Mautner, 2008).

A literatura sobre enquadramento é vasta e data já da década de 1930 quando as teorias da agulha hipodérmica ou da *Magic Bullet* foram articuladas (Scheufele, 2007) apontando para um total controle da mídia sobre a formação de opinião da audiência. Mas tal tese foi contestada já na década seguinte por Paul Lazarsfeld e colaboradores, que mostraram ser a recepção dependente de outras variáveis não controladas pela mídia, como as redes sociais e regimes informacionais nos quais as pessoas estão inseridas (Lazarsfeld et al., 1944). Debates posteriores oscilaram entre o reforço da influência da mídia (Noelle-Neumann, 1973, Gerbner and Gross, 1974) e sua relativa mitigação por outros fatores e predisposições sociais (McQuail, 2005).

Ainda que a questão da influência da mídia na formação de opinião esteja longe de ser resolvida pela literatura, é preciso ter em conta que a análise proposta aqui não leva em conta a recepção das matérias da *Veja* por parte de seus leitores. Tal recepção, ainda que de extremo interesse, estava fora do escopo de nossa pesquisa. Assim, focamos na interpretação textual do que foi publicado pela revista sobre o assunto. Mais precisamente, trata-se de uma análise

dos textos produzidos pela revista *Veja* acerca das políticas de ação afirmativa entre os anos de 2001 e 2009. Estudar mídia e racismo no Brasil sem passar por essa publicação em particular seria um contrassenso: com uma tiragem de mais de um milhão de exemplares, e uma quantidade de leitores estimada pela revista em oito milhões, *Veja* ostenta o título de semanário mais lido no Brasil.<sup>3</sup> Além disso, a revista notabiliza-se por sua grande popularidade junto às camadas médias brasileiras – de acordo com a Editora Abril, seu público é composto majoritariamente pelo que a pesquisa de mercado denomina classes “A” (34%) e “B” (39%) e por pessoas entre 20 e 49 anos (62%)<sup>4</sup> – e tem se investido do papel de leal guardião dos interesses dessa classe, a exemplo da campanha travada contra o presidente Collor de Melo após o confisco da poupança dos brasileiros.

A partir do seu lançamento em 1968, no contexto de incremento do mercado de bens culturais e de maior participação do capital estrangeiro no Brasil, a publicação procurou sempre se apresentar como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do país. Consumir *Veja* passou a ser sinônimo de adquirir uma parcela de modernidade, impressa em máquinas de última geração e elaborada conforme as concepções técnicas, mercadológicas e conceituais de revistas estrangeiras como *Time* e *Newsweek*. Sua perspectiva de apuração, tratamento e apresentação da notícia também era novidade: tratava-se de uma interpretação dos fatos, uma grande inovação no mercado jornalístico brasileiro naquele momento (Villalta, 2002). Ao longo das décadas seguintes, *Veja* garantiu sua preferência entre a classe média brasileira, que terminou por elegê-la como o arauto da intelectualidade no país, e construiu uma forte imagem de legitimidade para proferir saber (Silva, 2009). Apresentando-se como porta-voz dessa classe, a revista arroga a si funções de alta relevância política e social como a “responsabilidade social”, de “quarto poder” e de espelho da “opinião pública”, quando não sua própria expressão (Silva, 2009).

Para além da influência de modelos jornalísticos estrangeiros, a própria condição de revista semanal exige de *Veja* a produção de um conteúdo diferenciado, pois a concorrência com mídias mais rápidas demanda que os redatores de *Veja* re-enquadrem as notícias para manter seu efeito de atualidade (Hernandes, 2004). O resultado são textos de natureza eminentemente interpretativa e opinativa, o que significa que, além de muito lida, *Veja* não se encaixa nos gêneros tradicionais de texto jornalístico: seu principal atrativo para o público leitor de classe média é justamente o conjunto de fórmulas interpretativas ou *frames* que repórteres e editores elaboram em

<sup>3</sup> Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), a tiragem semanal da revista em julho de 2012 foi de 1.203.766. Fonte: <<http://publicidade.abril.com.br/tabelas-gerais/revistas/circulacao-geral/imprimir>>.

<sup>4</sup> Cf. <<http://publicidade.abril.com.br>>.

torno dos temas agendados pela mídia diária. Por esse motivo, desejamos verificar como *Veja* enquadra o tema da ação afirmativa, provendo um público majoritariamente composto por membros das classes média e alta de construções e mapas discursivos para lidar com a *novidade* das políticas de ação afirmativa.

Estudos sobre recepção, que se detêm sobre a relação entre os meios e a sua audiência, têm conduzido a uma crescente relativização do poder de influência da mídia. Não obstante, autores como Stuart Hall (2003), embora rejeitem uma visão mecanicista da recepção que nega a capacidade reflexiva dos atores, postulam a importância da análise crítica da cultura midiática. Para Hall, a codificação da mensagem não é capaz de determinar resultados ou garantir quais os códigos que serão empregados pela audiência no processo de decodificação. Entretanto, Hall identifica três possíveis posicionamentos do receptor diante das mensagens veiculadas pela mídia que introduzem a necessária complexidade no processo de recepção sem, contudo, negar a possibilidade de êxito da mídia em transmitir (ou reforçar) codificações hegemônicas para a audiência. Na *posição hegemônico-dominante*, o receptor se apropria integralmente do sentido conotado pelo emissor, isto é, a mídia; na *posição negociada*, atravessada por contradições, a mensagem dominante conquista plausibilidade junto ao receptor em um nível teórico-abstrato, mas não logra êxito em legitimar uma definição de situações localizadas, concretas; por fim, na *posição oposicional*, o receptor compreende a inflexão conotativa e literal do discurso, mas faz uma leitura contestadora desse conteúdo (Hall, 2003).

Trabalhos empíricos também têm contribuído para sustentar a importância da análise de conteúdo da mídia. Embora não formule conceitualmente suas pesquisas acerca do racismo midiático nos termos providos pela teoria do enquadramento, Teun van Dijk (1997) chega a resultados similares aos que se esperaria de uma análise de *framing*. Em uma das suas pesquisas, o autor recupera analiticamente o processo de desenvolvimento de cognições e atitudes hostis contra imigrantes na Europa pós-guerra e conclui que os meios de comunicação representaram um papel decisivo na reprodução discursiva do racismo, preenchendo lacunas informativas em um contexto em que os grupos autóctones pouco interagiam com as minorias recém-chegadas. Em outro estudo, van Dijk (1997) conduziu uma série de entrevistas nas cidades de Amsterdã e San Diego que mostraram que a maioria das pessoas, ao defenderem opiniões étnicas ou raciais, fazem alusão mais freqüentemente a conteúdos veiculados pelos meios de comunicação do que a suas conversações cotidianas. Em síntese, suas pesquisas mostram que as percepções negativas acerca de minorias e imigrantes normalmente não se baseiam tanto em experiências do dia-a-dia como nos conteúdos da comunicação de massa pré-formulados por políticos e comentaristas (Van Dijk, 2005). São essas inquietações acerca do papel da mídia na

sustentação de um consenso racial, étnico e de classe dominante que motivam a presente pesquisa.

### **Ação afirmativa na revista *Veja*: dados gerais**

Nesse artigo analisamos 66 textos e artigos sobre o tema da ação afirmativa publicados na Revista *Veja* no período de janeiro de 2001 a junho de 2009. A pesquisa se pautou pelos seguintes eixos: 1) avaliação da distribuição temporal das entradas; 2) separação dos textos por formato (reportagem, coluna ou artigo de opinião, entrevista, editorial, resenha de livro, box), 3) análise da valência dos textos (contra, a favor, ambivalente, neutro e valência ausente) relativas às ditas “cotas raciais” e as “cotas sociais”, 4) evolução temporal da valência dos textos, e 5) identificação e contagem dos argumentos mais usados contra e a favor da ação afirmativa. Em suma, nossa análise é quantitativa, mas ao mesmo tempo permite que tenhamos acesso a conteúdos semânticos veiculados pela revista, como no caso dos argumentos.

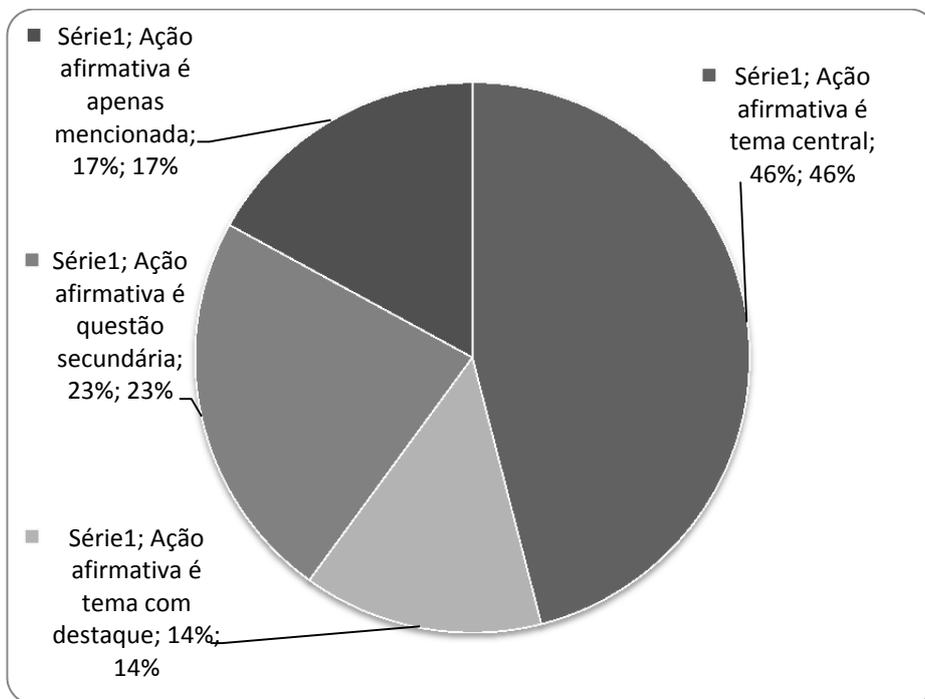
# 73

O corpus de análise foi selecionado por mencionar os termos “ação afirmativa” e/ou “cotas”, excluindo aquelas entradas em que o termo não está associado a políticas de promoção de grupos discriminados e/ou com desvantagens sócio-econômicas. Os dados obtidos após a triagem contabilizaram 66 textos que foram introduzidos no Atlas.ti e no Sphinx, dois softwares que, ao permitirem codificar e sistematizar propriedades e relações entre textos, são ferramentas úteis para a análise do discurso.

Nossa análise indica que a revista começou timidamente a discutir o assunto a partir de 2001, com o advento da Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, em Durban, e depois de 2004 passou a publicar textos sobre o tema com regularidade, adotando uma postura crescentemente contrária a essas políticas. Como mostra o Gráfico 1, as políticas de ação afirmativa e suas subvariedades foram o tema principal em 46% da amostra de *Veja*, um tema com destaque em 14%, uma questão secundária em 23% e apenas mencionadas em 17%. As entradas são compostas majoritariamente por reportagens (38%) e colunas (39%), seguidos por boxes (11%), entrevistas (8%), resenhas de livro (2%) e artigos de opinião (2%), como mostra o Gráfico 2. O elevado percentual de reportagens não resulta em uma redução de entradas que apresentam uma avaliação – positiva, negativa ou ambivalente – dessas políticas. 93% do material é de caráter opinativo. Esse resultado se coaduna com o perfil da revista *Veja*,

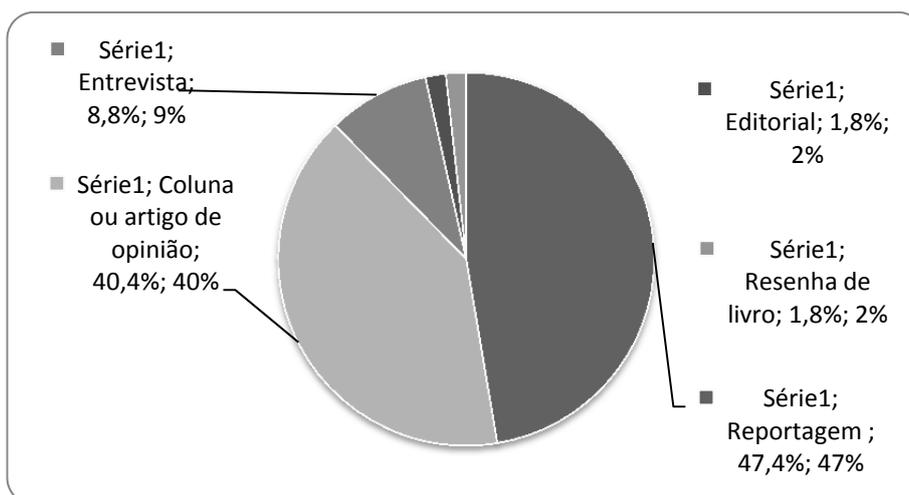
cujos artigos não se enquadram na tradicional distinção entre jornalismo informativo e opinativo (Benetti, 2007).

**Gráfico 1 – Centralidade da ação afirmativa nas entradas**



74

**Gráfico 2 – Formato das entradas**



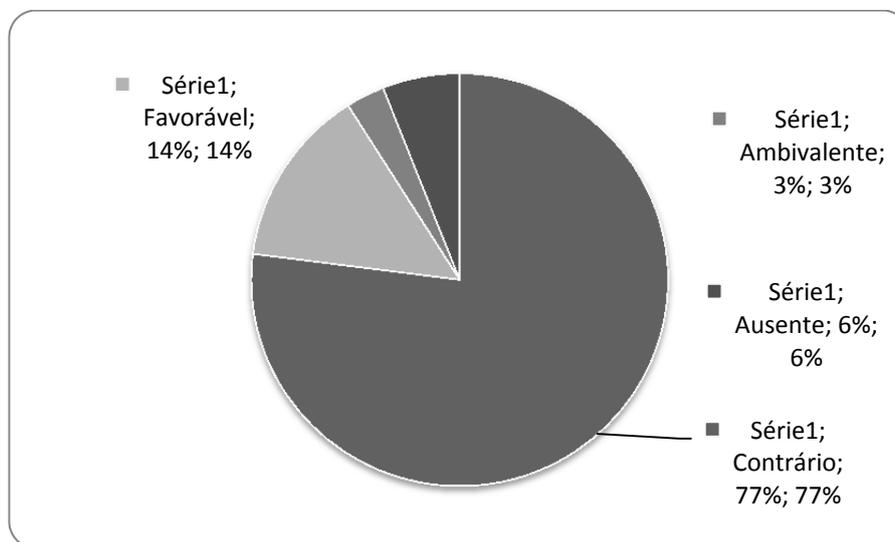
Das 66 entradas contabilizadas em nossa pesquisa, 77% apresentam avaliações negativas acerca das ações afirmativas “raciais”, 3% apresentam caráter ambivalente e apenas 14% são favoráveis a tais

medidas (Gráfico 3). No que diz respeito às ditas “cotas sociais”, que contemplam alunos pobres e/ou egressos do sistema público de ensino e vêm sendo reconhecidas pela mídia em geral como um “mal menor” diante das “cotas raciais”, *Veja* revela uma peculiaridade: apenas 30% dos 66 textos da revista que versam sobre o assunto mencionam as medidas de benefício aos candidatos pobres. É de se estranhar a sub-representação das cotas sociais em relação às raciais nas páginas de *Veja*, uma vez que mais universidades aplicam hoje políticas de facilitação de ingresso a partir de critérios sociais (70%) do que raciais (54%), como demonstrou um levantamento realizado em 2008 pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. *Veja*, além disso, produz mais avaliações negativas (21%) do que positivas (9%) acerca das cotas sociais (Gráfico 4), em franca oposição à opinião dominante da população brasileira.<sup>5</sup>

É importante notar que enquanto 70% dos textos que tratam de cotas sociais na revista terem valência ausente, esse número quando o tópico é cotas raciais cai para 6%, sendo que na mesma comparação as valências contrárias sobem de 21% para 77%. Ou seja, a variável que parece explicar tal disparidade não é a ação afirmativa em si, constante em ambos os casos, mas sim seu caráter étnico-racial.

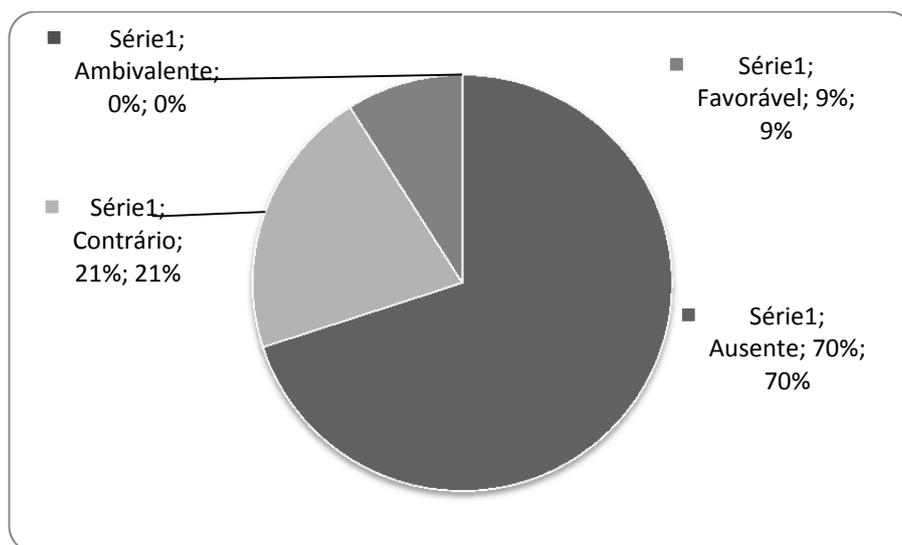
# 75

**Gráfico 3 – Valência das entradas para ações afirmativas raciais**



<sup>5</sup> De acordo com pesquisa do Datafolha de 2008, 75% da população brasileira é favorável à criação de cotas nas universidades para pessoas pobres e de baixa renda e outros 11% concordam parcialmente com a idéia. Além disso, 62% concordam com a afirmação segundo a qual “as cotas para negros nas universidades são fundamentais para ampliar o acesso de toda a população à educação”. Os respondentes mais escolarizados e mais ricos são aqueles que mais se opõem à ação afirmativa (Datafolha, 2008).

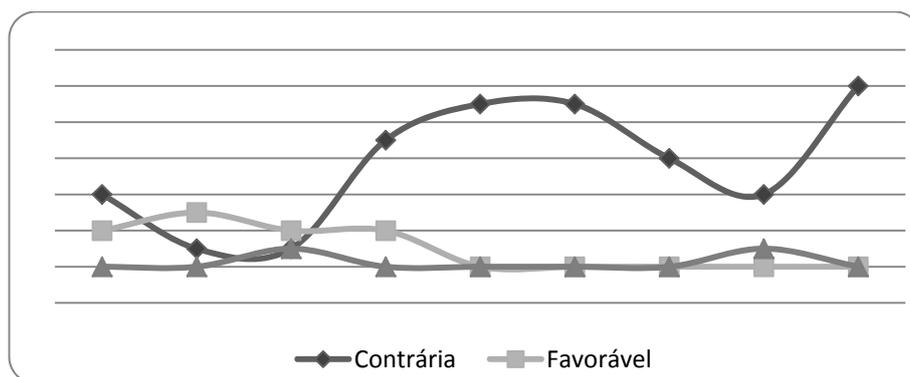
Gráfico 4 – Valência das entradas para ações afirmativas sociais



Os dados da cobertura de *Veja* acerca das políticas de ação afirmativa estão em forte contradição com o próprio perfil noticioso reivindicado pela revista nos seus editoriais. Nesse espaço, os editores têm reiterado constantemente duas supostas características da publicação: 1. não haveria qualquer seletividade da pauta de *Veja*, isto é, o repertório de temas apresentados semanalmente seria constituído não a partir de decisões e interesses editoriais, mas seria expressão das realidades e premências do cotidiano; 2. *Veja* não produziria interpretações particulares dos fatos, mas repercutiria a opinião pública, dando ressonância aos seus interesses e juízos (Silva, 2009). Ora, ao menos no que diz respeito à ação afirmativa, *Veja* nem concede às cotas sociais e raciais espaços compatíveis com as suas reais proporções no mundo real, nem cumpre seu papel auto-atribuído de porta-voz dos clamores da sociedade.

Ao dispor as valências em relação às cotas raciais no tempo, verificamos que as entradas positivas e ambivalentes se concentram nos anos de 2001 a 2003. Em 2004, as valências positivas têm um declínio acentuado até sua completa desaparecimento de 2005 em diante (Gráfico 5). Esse movimento coincide justamente com a consolidação das políticas de ação afirmativa no ensino superior público brasileiro: se antes de essa modalidade de política pública se firmar era possível encontrar alguns poucos artigos esparsos na *Veja* que versavam sobre as desigualdades raciais no Brasil e a necessidade de políticas públicas que contribuíssem para a modificação desse quadro, depois da consolidação dessas políticas as manifestações favoráveis a elas desapareceram por completo.

Gráfico 5 – Valências para ações afirmativas raciais



Estudos sobre a revista *Veja* e depoimentos de antigos diretores de redação apontam para o caráter rigidamente centralizador da publicação. Diferentemente dos jornais diários, em que o curto tempo de apuração e redação do texto faz com que o repórter tenha seu artigo publicado com poucas alterações, os editores da *Veja* dispõem de mais tempo para modificar o texto original. Dessa maneira, as reportagens da revista *Veja* são muito mais trabalhadas, controladas e, geralmente, produto de diversas mãos (Hernandes, 2004).

77

Segundo Conti, quanto mais relevante for considerado o assunto, mais o texto circula entre os editores, subindo na pirâmide hierárquica da revista até o diretor de redação e retornando com frequência praticamente irreconhecível para o repórter (Conti, 1999). Nesse sentido, é curioso notar que o número de editores supera o de repórteres na revista *Veja* – Silva (2009), por exemplo, observou em 2002 a presença de 14 repórteres e 38 editores – o que aponta para a existência de uma espécie de linha de montagem de notícias em que o texto inicial apurado pelo repórter sofre acréscimos e supressões ao longo de diversas passagens por todos os escalões de editores (Hernandes, 2004).

O crescimento significativo do número de entradas relativas à ação afirmativa entre 2001 e 2009 é indicador do aumento da relevância editorial do tema para a revista *Veja*. A desaparecimento de outras valências que não as negativas, por sua vez, sugere um recrudescimento da atuação dos mecanismos de controle próprios da revista para a eliminação de opiniões diversas da sua própria postura editorial clara e decidida contra as políticas de ação afirmativa. Essa interpretação deve, naturalmente, ser acrescida de informações acerca das mudanças editoriais, administrativas e financeiras por que passou a publicação durante o período em questão. Contudo, isso ultrapassa o escopo da análise de conteúdo aqui proposta.

É ainda pertinente indagar como se distribuem as valências entre os diferentes formatos dos textos. Seria possível, por exemplo, que os colunistas de *Veja* fossem responsáveis por todos os textos que enfocam a ação afirmativa sob um viés positivo, enquanto os repórteres ficariam a cargo dos textos negativos? Contudo, o cruzamento desses dados descarta essa hipótese: a observação do quadro abaixo demonstra uma distribuição quase equânime das proporções de valências positivas e negativas entre as reportagens, entrevistas e colunas da revista. O formato “box” é o único que destoa dos demais: a valência negativa está superrepresentada em relação às demais nesse tipo de entrada, o que mostra como as reportagens mais trabalhadas e extensas foram inteiramente dedicadas ao enquadramento negativo da ação afirmativa.

**Quadro 1 – Cruzamento: Formato e valência para cotas raciais**

	Contrário	Ambivalente	Neutro	Favorável	Ausente
Reportagem	73%	4%	0%	12%	12%
Coluna	77%	4%	0%	15%	4%
Box	100%	0%	0%	0%	0%
Entrevista	60%	0%	0%	40%	0%
Resenha de livro	100%	0%	0%	0%	0%
Artigo	100%	0%	0%	0%	0%
Editorial	0%	0%	0%	0%	0%
Nota	0%	0%	0%	0%	0%

78

### “Enquadrando” a ação afirmativa: análise dos textos de *Veja*

Até esse ponto, apresentamos os dados obtidos a partir de uma análise quantitativa da cobertura dispensada por *Veja* ao tema da ação afirmativa. Essas informações numéricas podem ser acrescidas de dados qualitativos, observados a partir da leitura dos textos, que contribuem para qualificar e aprofundar a explicação dos dados globais.

Nos Quadros 2 e 3, apresentamos uma lista com a frequência dos argumentos mais recorrentes nas páginas de *Veja* em justificações contrárias e favoráveis às políticas de ação afirmativa para

candidatos negros ao ensino superior. Entre as justificações contrárias, destacam-se argumentos de três ordens distintas: 1) aqueles que retratam a ação afirmativa como uma violação dos princípios da igualdade e do mérito; 2) aqueles que insistem na necessidade de precedência dos investimentos no ensino básico sobre outras formas de equalização de oportunidades e apostam na diminuição da qualidade do ensino superior a partir do ingresso de cotistas; e 3) aqueles que associam a ação afirmativa a um risco de “racialização” da sociedade e ao estímulo ao conflito racial. No que concerne aos argumentos favoráveis, têm proeminência aqueles que justificam a ação afirmativa com base nas noções de justiça social, combate ao racismo e promoção da diversidade cultural.

Quadro 2 -

Justificação contrária	nº de ocorrências	Total (%)
AA não leva em conta o mérito	22	33,33%
O caminho é investir no ensino básico	17	25,76%
AA cria/acirra conflito racial	14	21,21%
Racialização da sociedade	13	19,70%
AA diminui a qualidade do ensino	12	18,18%
AA é discriminação às avessas	11	16,67%
É impossível classificar racialmente as pessoas num país miscigenado	11	16,67%
AA fracassou em outros lugares	10	15,15%
Classe importa mais que raça	9	13,64%
AA é uma medida eleitoreira	9	13,64%
AA impõe uma identidade bicolor	8	12,12%
AA viola o princípio da igualdade formal	8	12,12%

AA se opõe à nossa tradição de mestiçagem	8	12,12%
AA é inconstitucional	7	10,61%
AA é solução paliativa	7	10,61%
AA desrespeita a auto-identificação	7	10,61%
AA importa um modelo americano	7	10,61%
AA estigmatiza os beneficiários	6	9,09%
AA exclui os brancos pobres	6	9,09%
AA pressupõe a existência biológica de raças	6	9,09%
Beneficiários não são capazes de acompanhar o curso	6	9,09%
AA produzirá profissionais despreparados	5	7,58%
AA não basta sem medidas para a permanência dos beneficiários	4	6,06%
O Brasil não é um país racista	4	6,06%
Papel da universidade é produzir conhecimento	4	6,06%
AA pressupõe que a escravidão foi perpetrada só por brancos	3	4,55%
AA é vulnerável à fraude	3	4,55%
AA oficializa o racismo	3	4,55%
AA não deve ser reduzida às cotas	3	4,55%
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>100,00%</b>

Quadro 3 –

Justificações favoráveis	nº de ocorrências	Total (%)
AA diminui as desigualdades (justiça social)	5	7,58%
AA combate o racismo/discriminação	4	6,06%
AA promove a diversidade cultural	2	3,03%
AA promove a mobilidade social de grupos discriminados	2	3,03%
AA reconhece/denuncia o preconceito até então encoberto	2	3,03%
AA repara os erros cometidos pela escravidão	2	3,03%
AAs são medidas emergenciais diante de uma situação crítica	2	3,03%
AA tem estimulado o debate sobre as desigualdades raciais	2	3,03%
Políticas universalistas não resolvem as desigualdades raciais	2	3,03%
AA inclui na universidade potenciais antes desperdiçados	1	1,52%
AA tem um valor simbólico	1	1,52%
Não há mérito real	1	1,52%

81

É importante salientar que os argumentos contrários à ação afirmativa não estão distribuídos uniformemente no tempo. Entre os anos de 2001 e 2005 os argumentos mais mobilizados por *Veja* diziam respeito principalmente à afirmação dos princípios do mérito e igualdade formal, da necessidade de investimentos no ensino básico e do receio de que a ação afirmativa afetasse a qualidade do ensino universitário. É apenas em maio de 2005 que um entrevistado de *Veja*, o escritor João Ubaldo Ribeiro, introduz o tema da “racialização” da sociedade brasileira, descrevendo na ocasião a

“política de cotas” como “um esforço para dividir o Brasil em raças”.<sup>6</sup> A partir de então o conjunto de argumentos que versam sobre o tema da “racialização” e do estímulo ao ódio racial vão ganhando força em substituição aos argumentos relativos ao mérito, à igualdade e ao ensino.

### A ação afirmativa na *Veja*: ano a ano

Nossa análise dos textos de *Veja* se inicia em 2001, data escolhida não ao acaso: foi nesse ano que aconteceu a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul. O evento é considerado um marco fundamental para a aplicação de políticas de ação afirmativa no Brasil, uma vez que na ocasião foi aprovado um plano de ação do qual o país foi signatário e que recomendava que os Estados adotassem “ações afirmativas ou medidas de ação positiva, para promoverem o acesso de grupos de indivíduos que são ou podem vir a ser vítimas de discriminação racial” (Domingues, 2005). Esse tema não passou despercebido por *Veja*: se no ano anterior não se encontra registro de *nenhum* texto que contenha os termos “raça”, “racismo”, “cotas” ou “ação afirmativa” na revista, em 2001 seis textos abordaram o tema da ação afirmativa.

82

Embora nesse primeiro ano as valências negativas tenham prevalecido sob as positivas, *Veja* apresenta uma postura recalcitrante ou moderada em relação à ação afirmativa. Duas reportagens sobre Durban não apenas reconhecem, como também qualificam as desigualdades raciais no Brasil como “aberrantes” e utilizam-se de estatísticas de renda e acesso ao ensino superior para dimensioná-las<sup>7</sup>. Não obstante, *Veja* se opõe às políticas de ação afirmativa recomendadas pelos delegados em Durban. Para a revista, essas políticas violariam o princípio da igualdade formal, as desigualdades sociais seriam mais significativas do que as raciais no Brasil e seria inviável conceder cotas para um grupo tão numeroso quanto o dos negros no país.

Os anos de 2002 e 2003 são marcados por uma peculiaridade: nesse período, ainda que a quantidade de textos sobre a ação afirmativa seja reduzida, aqueles favoráveis à ação afirmativa superam o número de entradas negativas, tanto nas colunas quanto nas reportagens. A matéria “Onde estão os negros?”<sup>8</sup>, por exemplo, questiona a ausência dos negros no ensino superior e argumenta a

<sup>6</sup> *Veja*, 18/05/2005.

<sup>7</sup> *Veja*, 05/09/2001, p. 102 e *Veja*, 12/09/2001, p. 48.

<sup>8</sup> *Veja*, 04/12/2002.

favor da ação afirmativa a partir da menção de dados de estudos do DIEESE, Fundação Seade, IPEA e IBGE acerca de desigualdades salariais, ocupacionais e educacionais entre negros e brancos no Brasil. Nesse mesmo período, o colunista Luiz Felipe de Alencastro parte em defesa da ação afirmativa em dois artigos, “Os negros e as políticas de cotas” e “As cotas e a história nacional”, o que não voltaria a acontecer nos anos subsequentes<sup>9</sup>.

A reportagem “Não deu certo”, de 2003, por outro lado, faz uma avaliação negativa da experiência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) com as recém implantadas “políticas de cotas”<sup>10</sup>. Há no texto dois elementos importantes e que reapareceriam em outras ocasiões em *Veja*: 1) a alegação de que a ação afirmativa estigmatiza seus beneficiários e 2) uma série de argumentos de desqualificação dos mesmos como receptores do direito de ingressar na universidade. O ideia da “estigmatização” tem, assim, uma dupla dimensão nas páginas de *Veja*: é ao mesmo tempo um argumento que se baseia na *predição* de um resultado e uma *profecia que se auto realiza* na própria publicação, pois *Veja* se esforça por reiterar que os beneficiários não têm mérito, que eles não têm capacidade de acompanhar os cursos universitários e se tornarão maus profissionais. Por fim, a revista alega que sua presença na universidade degrada o próprio ensino superior.

**83**

Um texto de 2004, intitulado “Retrato em branco e preto”<sup>11</sup>, reproduz esse mesmo tipo de argumentação, inaugurando um momento a partir do qual os textos sobre a ação afirmativa aumentam em volume e passam a apresentar um enquadramento predominantemente negativo. O período que se estende de 2004 até meados de 2006 é marcado pelos argumentos referentes ao princípio do mérito como única forma legítima de acesso ao ensino superior, bem como pelas ideias de “discriminação às avessas” contra os brancos, de instituição de privilégios para determinadas categorias de indivíduos e de premiação dos “despreparados”, de que dá exemplo a matéria de 2005 “O grande salto para trás”<sup>12</sup>.

O ano de 2005 apresenta ainda inflexões importantes no tratamento dispensado ao assunto até então. Primeiramente, é nesse ano que desaparece por completo qualquer menção positiva às políticas de ação afirmativa para negros no ensino superior. Esse é também um ano recordista de entradas contrárias às “cotas sociais”, normalmente ignoradas pela revista em outros momentos. O tom dos artigos e reportagens também passa por mudanças sensíveis. Se antes mesmo os textos que apresentavam posturas desfavoráveis às

<sup>9</sup> *Veja*, 27/02/2002 e *Veja*, 19/03/2003.

<sup>10</sup> *Veja*, 24/02/2003.

<sup>11</sup> *Veja*, 20/04/2004.

<sup>12</sup> *Veja*, 26/01/2005.

políticas de ação afirmativa eram unânimes em reconhecer a existência e a persistência de desigualdades raciais no Brasil, apenas discordando da solução apresentada pelos proponentes da ação afirmativa, a partir de 2005 essa característica desaparece.

A matéria “Cotas para quê?”<sup>13</sup> divulga resultados de uma pesquisa financiada pelo MEC que derrubaria a tese de que negros não têm acesso às universidades federais. A despeito de tantas matérias e colunas publicadas antes pela própria revista que traziam dados sobre a quase total ausência de negros no ensino superior, *Veja* passa a partir de então a repercutir os resultados dessa pesquisa e a negar cada vez mais o racismo e as desigualdades raciais. A coluna “Espelho, espelho meu” de Tales Alvarenga menciona a referida pesquisa para caracterizar a ação afirmativa como mais uma das políticas do governo Lula que se proporiam a sanar problemas “inexistentes”:

*(...) Lula já procurou famintos num país que tem pobres obesos, segundo o IBGE, e já tentou impor cotas para negros na universidade, numa sociedade que tem o mesmo percentual de negros na faculdade e na população em geral. Na questão dos famintos e dos negros, o que houve foi um engano estatístico, autorizado pelas crenças tradicionais a respeito da desigualdade de renda no país<sup>14</sup>.*

No ano de 2006 instaura-se uma convivência entre os argumentos da violação da igualdade e do mérito, aqueles referentes à estigmatização dos “alunos cotistas” e, por fim, aqueles que associam a ação afirmativa a um risco de “racialização” da sociedade e ao estímulo do conflito racial. Se essa última questão havia sido apenas mencionada rapidamente no ano anterior pelo escritor João Ubaldo Ribeiro, em 2006 ela se torna um eixo central de um grande volume de textos, como “Estatuto legaliza o racismo”, “A estupidez racial”, “Convite ao ódio racial”, “Contra o mito da nação ‘bicolor’” e “Em honra da alma mestiça do Brasil”<sup>15</sup>.

Essa reorientação do enquadramento dado por *Veja* à ação afirmativa está fortemente associada ao recrudescimento do recurso aos acadêmicos opositores dessas medidas avessos à utilização do critério racial por medidas redistributivas. Em suas falas, esses acadêmicos – provenientes de campos disciplinares como os da antropologia, sociologia e geografia – mobilizam todo um imaginário racial que evoca imagens das leis segregacionistas dos Estados Unidos, do *apartheid* sul-africano e da solução final da Alemanha nazista. Essas imagens servem de suporte para o argumento segundo o qual a ação afirmativa e o Estatuto da Igualdade Racial representariam os primeiros passos em direção à transformação do Brasil em uma sociedade cindida em duas raças em conflito. Esses

<sup>13</sup> *Veja*, 23/03/2005.

<sup>14</sup> *Veja*, 04/05/2005.

<sup>15</sup> *Veja*, 10/05/2006, 05/07/2006, 12/07/2006, 12/08/2006 e 06/09/2006.

argumentos ganham proeminência nas reportagens de *Veja* e são incorporados também pelos colunistas da revista.

A resenha de “Não somos racistas”, de Ali Kamel<sup>16</sup>, única resenha de livro a respeito do assunto publicada no período analisado<sup>17</sup>, vem contribuir para completar o novo enquadramento de *Veja* acerca da ação afirmativa, isto é, a minimização do racismo, a celebração da miscigenação como solução para os problemas raciais e a negação das desigualdades raciais. O texto endossa os argumentos propostos por Kamel, segundo o qual a idéia de que o Brasil é racista teria sido “inventada” por cientistas sociais como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso e hoje ganharia respaldo em “malabarismos numéricos” realizados por institutos de pesquisa como o IBGE.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009, *Veja* ecoa esses mesmos argumentos e passa a ter um repertório fixo e limitado de informantes acadêmicos que reaparecem em diversas ocasiões como voz autorizada para predizer “resultados maléficos” da ação afirmativa no campo das relações sociais. *Veja* busca ainda elementos empíricos para corroborar essas previsões, procurando demonstrar que os conflitos entre brancos e negros já estariam sendo deflagrados. A reportagem “Intolerância”<sup>18</sup>, por exemplo, busca provas de que os militantes pró-ação afirmativa estariam ameaçando com truculência os críticos dessas políticas. Os casos apresentados são textos publicados na internet contra o livro “Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo”, organizado pelos mesmos acadêmicos ouvidos em outras reportagens da *Veja*. Sem mencionar o conteúdo ou trechos dos textos que fariam “apologia da violência física”, a reportagem conclui que se tratam de ameaças direcionadas aos autores do livro que exemplificariam as mudanças colocadas em curso pela ação afirmativa.

“A primeira vítima”<sup>19</sup>, reportagem sobre o caso do professor da Universidade de Brasília (UnB) que foi acusado de racismo, trata o episódio como o que seria mais uma manifestação de intolerância e perseguição dos negros contra os brancos. A UnB é retratada por *Veja*, aliás, como um reduto de racismo e intolerância, em especial devido ao caso dos gêmeos idênticos que tentaram ingressar na universidade por meio das cotas raciais e apenas um teve homologada sua autodeclaração como negro. Em 2008, *Veja* repetiria a fórmula de repercussão de supostos casos de “intolerância”. A

---

<sup>16</sup> *Veja*, 16/08/2006.

<sup>17</sup> Mais recentemente, a revista apresentou com destaque o livro de Demétrio Magnoli, “Uma gota de sangue”, que sustenta a tese de racialização da sociedade brasileira pelas políticas de ação afirmativa.

<sup>18</sup> *Veja*, 23/05/2007.

<sup>19</sup> *Veja*, 09/07/2007.

“segunda vítima” selecionada pela revista seria um professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que alegou que a nota baixa obtida pelos alunos da universidade no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) se deveria ao “baixo QI” dos baianos. Aqueles que reagiram à declaração foram acusados de “histeria” e racismo pelo colunista de *Veja*.<sup>20</sup>

Em suma, ambos os professores seriam, segundo a revista, não racistas, mas *vítimas* do racismo instituído pela ação afirmativa.<sup>21</sup> “Como a universidade brasileira se tornou cobaia da política de cotas, é nela que o ódio racial começa a dar o ar de sua graça”, sintetizou o colunista André Petry na ocasião. A licenciosidade de *Veja* em relação a manifestações racistas fica explícita não apenas nos referidos textos que partem em defesa de um suposto direito de ambos os professores proferirem insultos raciais em declarações públicas, mas também nas próprias reportagens e artigos publicados na revista nesse período. Em “O quilombo do mundo”, por exemplo, o colunista Diogo Mainardi adota um tom insultuoso para se referir às políticas de ação afirmativa em curso no Brasil e aos seus respectivos beneficiários negros. Não é necessário recorrer a uma análise semântica aprofundada para acessar o conteúdo de depreciação da história de resistência negra e dos próprios negros presentes no referido texto.

*O Brasil macaqueou o sistema de cotas raciais dos Estados Unidos. E macaqueou tarde, num momento em que o próprio candidato negro à Casa Branca já admite aboli-lo. O Supremo Tribunal Federal está julgando a constitucionalidade das leis que instituíram as cotas raciais no Brasil. É uma chance para acabar de vez com o quilombolismo retardatário que se entrincheirou no matagal ideológico das universidades brasileiras. (...) O sistema de cotas raciais foi rapidamente introduzido na universidade brasileira, beneficiando-se de um ambiente que sempre soube acolher as ideias mais regressivas, como o petismo bandoleiro e o parasitismo estatal getulista. O Brasil se refugiou no passado. O Brasil é o quilombo do mundo<sup>22</sup>. (grifos nossos)*

86

### Considerações finais

No início desse artigo procuramos apresentar uma literatura sobre a recepção pública da agenda e enquadramento apresentados pela *Veja* com o intuito de evidenciar como estudos empíricos têm demonstrado a forte eficácia política dos discursos proferidos nesses

<sup>20</sup> *Veja*, 07/05/2008.

<sup>21</sup> É interessante lembrar, por exemplo, que os migrantes nordestinos em São Paulo foram indistintamente denominados “baianos”, independente do estado de origem, estereótipo carregado de forte conotação racial, uma vez que a Bahia é o estado brasileiro de mais forte presença negra (Guimarães, 2002).

<sup>22</sup> *Veja*, 23/04/2008.

meios. Uma característica comum a essas pesquisas é como elas chamam a atenção para a vulnerabilidade do público em relação aos enquadramentos propostos pelos meios de comunicação em especial nos momentos em que a audiência lida com fatos novos.

Como as políticas de ação afirmativa são ainda relativamente novas no cenário nacional, vale à pena investigar como a mídia desempenha o papel de informar o público acerca dessa modalidade de política pública. No caso de *Veja*, o que depreendemos de nossa análise é que a própria revista não dispunha de um pré-enquadramento do assunto quando do início das discussões acerca da ação afirmativa. Isso parece ter resultado, em um momento inicial, em uma cobertura relativamente plural, sem uma orientação editorial definida, que permitia a manifestação de diferentes vozes e pontos de vista. Entretanto, o aumento da importância editorial do tema, expresso no incremento do volume de textos publicados nos anos seguintes, foi acompanhado por uma restrição crescente a opiniões divergentes daquela advogada pela revista, o que acabou por dar fim à presença de perspectivas dissonantes e por imprimir um caráter monolítico tanto às reportagens como às colunas de opinião de *Veja*.

## 87

Nossa análise confirma as leituras de Benetti, Giesel e Ramallo, e Braga e Pereira acerca do acentuado viés editorial da revista. De fato, uma vez feita a opção por uma linha editorial acerca da ação afirmativa, algo que já ocorreu por volta de 2003, quando as primeiras políticas passaram a funcionar, a revista banuiu de suas páginas qualquer opinião que não fosse fortemente contrária. Ou seja, como apontado por Benetti, uma *Ademais*, também confirmamos os achados de Benetti acerca do uso de expressões pejorativas e irônicas com o intuito de desclassificar o adversário, as próprias políticas e o Movimento Negro, identificado como o principal agente promotor das cotas raciais, estratégia que Giesel e Ramallo também anotaram no tratamento dispensado ao MST.

Mas nossa análise também foi além dessas estratégias na direção de deslindar os conteúdos veiculados pela revista no tratamento do tema em questão ao decorrer do tempo. A formulação da argumentação contrária às políticas de ação afirmativa passou por mudanças importantes ao longo desses quase nove anos de cobertura abrangidos pela presente pesquisa. Nos primeiros anos, *Veja* repetiu, com poucas variações, um repertório de argumentos caros à própria orientação ideológica da publicação: trata-se de apelos aos princípios da igualdade formal, do mérito e da não intervenção do Estado nas relações sociais que se filiam à tradição do liberalismo clássico e à defesa de um Estado mínimo. Os argumentos da “estigmatização” dos beneficiários e do declínio da qualidade do ensino superior a partir da implantação da ação afirmativa são subsidiários dessa posição,

pois estão inextricavelmente ligados à ideia que o princípio do mérito é o único critério legítimo de distribuição de bens públicos.

A segunda fase da cobertura de *Veja* é marcada pela presença crescente de argumentos tomados de empréstimo de acadêmicos ligados às ciências sociais, em especial à antropologia, sociologia, história e geografia. A revista passa então a beber em fontes acadêmicas e legitimar suas análises com as credenciais desses informantes qualificados. É importante salientar que o grupo de argumentos contrários à ação afirmativa ligados à ideia da “racialização” da sociedade brasileira e do fomento do ódio racial, bem como aqueles que desvinculam raça e classe, aparecem apenas a partir da consulta a essa categoria específica de informantes. Além de predominantemente negativa, a cobertura conferida à ação afirmativa assume então um caráter mais uniforme e cada vez menos matizado.

Embora haja um debate intenso e rico sendo travado no campo universitário sobre a ação afirmativa, *Veja* adotou como porta-vozes autorizados um restrito grupo de acadêmicos cujas ideias não representam senão um pequeno fragmento de tudo o que foi discutido acerca do assunto. A mídia é dotada da capacidade de mexer em outros campos, intervir, enunciar veredictos e ignorar os valores próprios que regem as diferentes escalas internas de prestígio (Bourdieu, 1997). *Veja* não faz senão intervir no campo acadêmico de forma a retirar-lhe a autonomia, ao eleger como informantes um quadro fixo de acadêmicos aliados entre si e posicionados somente em um dos pólos do debate, e apresentar suas ideias como representativas do discurso sociológico e antropológico sobre o tema. Faz assim um desserviço à academia e, mais importante, ao debate público sobre um tema de extrema importância e pertinência para a sociedade brasileira, que felizmente encontra-se em contínuo processo de democratização.

Ainda que, como dissemos na introdução, esse não seja um estudo sobre recepção, é digna de nota a tensão entre a posição da revista, veemente contrária às cotas raciais, e a do público geral, que segundo pesquisa do Datafolha de 2006 é majoritariamente favorável a tais medidas (65%). Essa tensão se dá se consideramos a opinião pública como a opinião do povo em geral, mas tal tensão começa a se esvaír se desagregamos o público. A própria pesquisa mostra que a rejeição às cotas aumenta bastante à medida que aumenta a escolaridade e a renda do entrevistado – variáveis funcionam bem como *proxies* de classe social. Assim, podemos concluir que o público de classe média da *Veja* tem sim sintonia com o discurso da revista no tocante ao tema. Só não podemos determinar no atual estágio de nossa pesquisa se a posição da revista enquadra a opinião de seus leitores ou o contrário, ou ainda se a relação é uma de simbiose entre as duas partes.

## Referências

- ALDÉ et al. (2005) "Critérios jornalísticos de noticiabilidade: discurso ético e rotina produtiva". In: *Alceu*, v. 5, n. 10, jan/jun 2005. p. 186-200
- AUGUSTI, Alexandre Rossato. (2006), "Auto-realização: uma análise do comportamento contemporâneo retratado pela revista *Veja*". *UNIrevista*, vol. 1, no. 3, pp. 1-10.
- BENETTI, Márcia. (2007) "A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*". Trabalho apresentado no XVI Encontro da Compós, na UTP, Curitiba, junho de 2007.
- BOURDIEU, Pierre. (1997) *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- BRAGA, Sandro e Pereira, Tiago Costa. (2011), "Quando a história cala e o exótico fala: efeitos de sentido da cobertura da revista *Veja* na pré-candidatura de Obama à presidência dos EUA". *Linguagem em (Dis)curso*, vol. 11, pp. 171-188.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira. (2009), "Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados". *Opinião Pública*, vol. 15, no. 2, pp. 478 - 509.
- CONTI, Mario Sérgio. (1999) *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras
- CRIP (Centro de Referência do Interesse Público), (2008). *Survey Corrupção*. Disponível em: <<http://www.interessepublico.org/arquivos/Apresentacao.pps>>
- DATAFOLHA (2008). *Opinião pública: cotas*. Acesso em 04/09/2009. Disponível em: <[http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver\\_po.php?session=781](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=781)>
- DOMINGUES, Petrônio (2005). "Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica". *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.29, maio/ago, p.164-176.
- ENTMAN, Robert (2004) *Projections of Power: framing news, public opinion and US foreign policy*. Chicago: The University of Chicago Press
- GIESEL, Cláudia Mendes e Ramallo, Fernando. (2012), "De labradores a pistoleros: El Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra en la revista *Veja*". *Revista Signos*, vol. 45, pp. 132 - 153.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (2002) *Classes, raças e democracia*. São Paulo, Ed. 34.
- HALL, Stuart. (2003) "Codificação/Decodificação". In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 365-381
- HERNANDES, Nilton. (2004) *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Salvador: Edufba.
- GERBNER, G., e L. Gross. (1974) "System of Cultural Indicators." *Public Opinion Quarterly*, no. 38, p. 460-61.
- JORGE, Juliana, Angela Coletto Morales Escolano, e Ana Maria Rodrigues Cassiolato. (2011) "Aspectos didáticos, laicos e científicos de artigos de divulgação científica de duas revistas de conteúdo geral." *Ciência e Educação*, no. 17, p. 1015-25.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. "De Gabriela a Juma - Imagens Eróticas Femininas Nas Novelas Brasileiras." *Estudos Feministas* no. 8, p. 141-59.

LAZARFELD, Paul Felix, Bernard Berelson, e Hazel Gaudet. (1944) *The People's Choice; How the Voter Makes up His Mind in a Presidential Campaign*. New York,: Duell.

MAUTNER, Gerlinde. (2008) "Analysing newspapers, magazines and other print media". In: Wodak, Ruth & Krzyzanowski, Michal (orgs.). *Qualitative discourse analysis in the social sciences*. New York: Palgrave MacMillan.

MCQUAIL, Denis. (2005) *Mcquail's Mass Communication Theory*. 5th ed. London; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications.

NOELLE-NEUMANN, E. (1973) "Return to the Concept of Powerful Mass Media." *Studies in Broadcasting*, vol. 12, no. 9: 67-112.

PEREIRA, Amauri. (2003) "Um raio em céu azul: reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, nº 3, p. 463-482.

SCHEUFELE, Dietram A., e David Tewksbury. (2007) "Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models." *Journal of Communication*, no. 57, p. 9-20.

SCHUTZ, Alfred. (1979). *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SEVERO, Bruna Meireles. (2007) *A imprensa e seus efeitos sobre a audiência*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, Cadernos da Comunicação

SILVA, Carla Luciana. (2009) "A carta ao leitor de *Veja*: um estudo histórico sobre editoriais". In: *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, vol. 32, nº 1, p. 89-107

SPINK, Mary Jane P., Pereira, Adriana Bernardes, Burin, LÁvia Barbosa, Silva, Mariana Adão da e Diodato, Priscila da Rocha. (2008), "Usos do glossário do risco em revistas: contrastando "tempo" e "públicos"". *Psicologia Reflexiva Crítica*, vol. 21, pp. 1-10.

SPINK, Mary Jane Paris. (2008), "Posicionando pessoas como aventureiros potenciais: imagens de risco-aventura em matérias de revista ". *Psicologia & Sociedade*, vol. 20, pp. 50-60.

VAN DIJK, Teun. (1997) *Racismo y análisis crítico de los medios*. Barcelona: Paidós.

VAN DIJK, Teun. (2005) *Racism and Discourse in Spain and Latin America*. Filadélfia: John Benjamins Publishing Co.

VILLALTA, Daniella. (2002) "O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira". Trabalho apresentado no XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador, 04 e 05 de setembro de 2002.

91



**COMPOLÍTICA**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE PESQUISADORES EM  
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Presidente: Luciana Veiga (UFPR)  
Vice-Presidente: Alessandra Aldé (UERJ)  
Secretário Executivo: Ricardo Fabrino (UFMG)  
Editora-Chefe: Alessandra Aldé (UERJ)  
Subeditores: Marco Roxo (UFF) e Viktor Chagas (UFF)

<<http://compolitica.org/revista>>

A Revista Compolítica é uma revista eletrônica da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Com periodicidade semestral, sua proposta é difundir a produção acadêmica relacionada às interfaces desses campos de estudo.

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

DAFLON, Verônica Toste; FERES Jr., João. *Ação afirmativa na revista *Veja*: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público*. In: *Revista Compolítica*, n. 2, vol. 2, ed. julho-dezembro, ano 2012. Rio de Janeiro: Compolítica, 2012.

